



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPEL e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do caipira paulista em contexto de urbanização: o caso da banha

Autoria: Nichole Ramos da Silva (Pesquisador), Fabiana Bom Kraemer ? Docente do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Os Parceiros do Rio Bonito, obra escrita por Antonio Candido, entre 1948 e 1954, trata-se de um estudo sobre os meios de vida e subsistência do caipira paulista. Apesar de ser considerado um clássico da formação social do Brasil alguns aspectos da obra ainda não foram muito explorados, como os relacionados à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), cunhado em 2006, através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional engloba, de modo geral, o direito de todos a uma alimentação acessível, permanente, de qualidade, em quantidade adequada e que respeite as dimensões econômicas, culturais e ambientais. A soberania somada à SAN possui como eixo chave ?o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos?. Assim, compreendemos que Candido, abordou as dimensões e eixos que envolvem a SSAN do caipira, o que nos permite analisar como a urbanização e a falta de posse de terras afetou o modo de vida dessa população e identificar elementos que nos ajude a compreender o cenário atual. Tomamos para análise o caso da banha ? alimento fundamental nas práticas alimentares do caipira - tratados nos capítulos relacionados à alimentação (9, 10 e 11) e a análise das mudanças (parte III). O milho pertencia ao triângulo básico da alimentação do caipira (feijão, arroz e farinha de milho) e, a partir dele, se criava o porco ? fonte de carne e banha. A banha era apreciada por possibilitar digestão lenta e saciedade prolongada, considerada essencial para o homem que trabalha no campo. Antes do grupo caipira caminhar para a urbanização, predominava o abuso da banha no fazer culinário realizado pelas mulheres. Com a transição de uma agricultura de subsistência para uma orientada para o comércio, não sobrava excedente da produção de



milho para alimentar os porcos, o que resultou no declínio da produção banha e necessidade de aquisição desta pelo comércio. As mulheres, com intuito de economizar, diminuíram o uso da banha e a alimentação do caipira, conseqüentemente, passou a ser ainda mais fraca, do ponto de vista nutricional, além de ameaçada a luz da tradição alimentar. Conclui-se que o acesso, a qualidade, a quantidade, a cultura e o modo de produzir foram afetados pelo movimento de urbanização que pairava sobre o estado de São Paulo, na época do estudo, se configurando como uma ameaça a SSAN dos caipiras paulistas. Por fim, os desajustes foram resolvidos, em parte, com o abandono das atividades agrícolas e migração urbana, atualmente apontados como um dos elementos contribuintes da insegurança alimentar, justificando a importância do incentivo de políticas públicas voltadas à agricultura local.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: